

# O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um sumário de suas principais tendências desde a implementação do Plano Real

Norma Hermínia Kreling\*

Socióloga da FEE.

Raul Luís Assumpção Bastos\*

Economista da FEE e Professor da PUCRS.

Roberto da Silva Wiltgen\*

Economista da FEE.

## Resumo

*Este artigo delinea, de forma sucinta, as principais tendências observadas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) desde a implementação do Plano Real, em 1994, tendo como fonte empírica a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Após uma fase inicial de comportamento favorável dos indicadores do mercado de trabalho, as principais tendências identificadas pelo estudo mostraram um cenário menos positivo: houve elevação do patamar do desemprego, aumento da participação dos serviços na ocupação, ampliação da informalidade nas relações de trabalho e queda dos rendimentos médios reais.*

## Palavras-chave

**Ocupação; desemprego; rendimentos.**

---

\* Os autores agradecem as sugestões de um dos pareceristas anônimos da Revista. Erros e omissões por acaso remanescentes são de inteira responsabilidade dos mesmos.

## Abstract

*This paper outlines the main trends of the labour market in the Metropolitan Area of Porto Alegre, in South Brazil, since the implementation of the Plano Real (Monetary Stabilization Plan), in 1994. The analysis is based on a metropolitan monthly survey called Employment and Unemployment Research (PED). After an initial period during which the labour market indicators were favourable, the study identified a less positive scenario, marked by an increase in the level of unemployment, by an enlargement of the share of the services sector in the total occupation, by an advance of informal labour relations and, finally, by a decrease in the real labour income.*

**Artigo recebido em 11 jun. 2004.**

## Introdução

Este texto tem como objetivo delinear, de forma sucinta, as principais tendências observadas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) desde a implementação do Plano Real, tendo como fonte empírica a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA).

A macroeconomia do Plano Real, se, por um lado, teve o êxito de retirar o País de um processo hiperinflacionário, por outro, ao se assentar no câmbio valorizado e em juros elevados, implicou — à exceção de sua fase inicial, nos anos de 1994 e 1995 — baixo ritmo de crescimento da economia brasileira. Esse desempenho teve conseqüências sobre o mercado de trabalho, que se manifestaram em um comportamento inicialmente favorável, mas logo após adverso, dos níveis de ocupação, de desemprego e de rendimento.

A par desses aspectos, o período foi marcado por outras transformações relevantes na economia brasileira. A abertura comercial iniciada no final dos anos 80 teve continuidade sob o plano de estabilização, expondo a estrutura produtiva do País a novos parâmetros concorrenciais. Isso, combinado com a apreciação cambial observada até 1998, trouxe consigo uma série de mudanças nas empresas, advindas da adoção seletiva de inovações, da terceirização de atividades e da redução de níveis hierárquicos, que passaram a ser reconhecidas como processo de reestruturação produtiva. Tais mudanças também repercutiram no mercado de trabalho, com desdobramentos sobre o nível de emprego —

particularmente o industrial — e sobre as relações de trabalho, contribuindo para o que diversos estudos identificaram como processo de precarização, pois se ampliou a ausência de proteção social dos trabalhadores.

Considerando o exposto acima, torna-se importante analisar a evolução do mercado de trabalho em um espaço metropolitano, no caso a RMPA, que concentra praticamente um terço da população do Rio Grande do Sul e onde se manifestam, de modo mais intenso, os principais efeitos das transformações da economia no mundo do trabalho.

Para tanto, este artigo encontra-se assim estruturado: após esta breve **Introdução**, a primeira seção aborda as principais tendências do desemprego na RMPA; a segunda seção trata da ocupação em termos de volume total, bem como do desempenho setorial e das diferentes modalidades de inserção no mercado de trabalho; a terceira seção centra-se no comportamento dos rendimentos por posição na ocupação; finalmente, o artigo encerra-se com um resumo de suas principais evidências.

## 1 - Desemprego: evolução e principais características<sup>1</sup>

Ao longo dos 10 anos de existência do Plano Real, em um contexto de baixo crescimento econômico e de reestruturação da base produtiva nacional, o desemprego assumiu proporções sem precedentes na história recente do País, envolvendo segmentos importantes da força de trabalho.

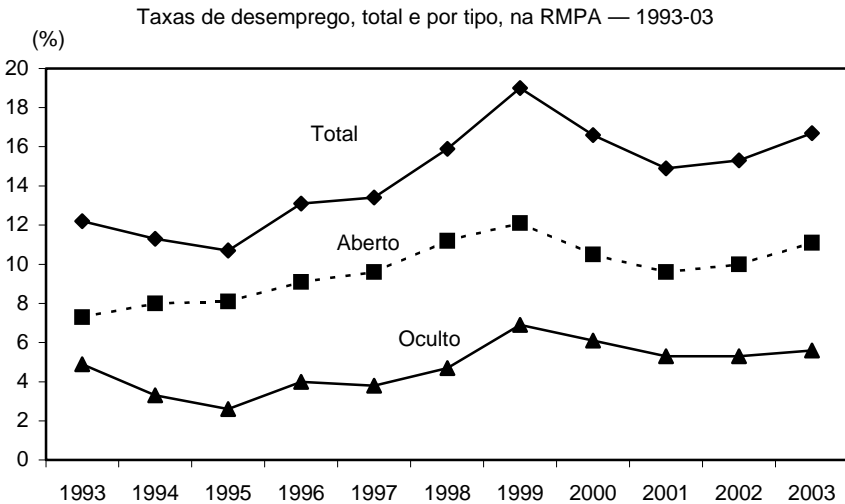
Na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 1993, 57,0% das pessoas com 10 anos e mais de idade — 1.428 mil indivíduos — estavam participando do mercado de trabalho na condição de ocupadas ou de desempregadas. Em 2003, esse percentual elevou-se para 57,9%, representando um contingente de 1.771 mil pessoas. Dessa forma, a força de trabalho cresceu 24,0%, o que significou um acréscimo da ordem de 343 mil indivíduos na População Economicamente Ativa (PEA). Como o número de pessoas ocupadas nesse período apresentou um aumento menor (17,6%), acrescentando 221 mil novos postos de trabalho, isso influenciou diretamente no aumento do contingente de pessoas desempregadas (70,1%). Com um incremento de 122 mil indivíduos, o contingente total de desempregados alcançou 296 mil pessoas em 2003.

---

<sup>1</sup> A análise do desemprego tem como referência a seção sobre este tema do estudo de Galeazzi (2002).

A evolução da taxa de desemprego total no período 1993-03 caracterizou-se, em seu conjunto, por elevados patamares, passando de 12,2% da PEA em 1993 para 16,7% em 2003 (Gráfico 1). Nas diferentes conjunturas econômicas que marcam esse período, podem ser identificadas pelo menos quatro fases distintas no comportamento dessa variável. Na primeira, entre 1993 e 1995, a taxa de desemprego total apresentou um movimento de declínio de 12,2% para 10,7%, associada às condições relativamente favoráveis do mercado de trabalho verificadas no início do Plano Real, principalmente no ano de 1995. A segunda vem caracterizada como um movimento de ampliação acelerada da taxa de desemprego, que, a partir de 1996, cresceu por quatro anos consecutivos, atingindo o ponto máximo em 1999, quando alcançou 19,0%. No período 2000-01, em um cenário de desvalorização da moeda e de abandono da âncora cambial, a taxa de desemprego voltou a decrescer (16,6% e 14,9% respectivamente), como resultado do comportamento relativamente favorável do nível ocupacional face ao melhor desempenho da economia observado particularmente no ano 2000. Por último, em 2002 e 2003, a taxa de desemprego retomou um movimento ascendente (15,3% e 16,7% respectivamente), motivada por um clima de instabilidade, altas taxas de juros e estagnação econômica.

Gráfico 1



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O comportamento da taxa global de desemprego foi determinado pela elevação conjunta do desemprego aberto e do desemprego oculto.<sup>2</sup> O primeiro apresentou um crescimento bem mais expressivo, com a taxa passando de 7,3% da PEA em 1993 para 11,1% em 2003. O segundo, crescendo com menor intensidade, passou de 4,9% para 5,6% respectivamente. Foram agregados ao contingente de desempregados 93 mil pessoas no desemprego aberto e 29 mil no desemprego oculto, nesse período. O desemprego aberto apresentou um crescimento ininterrupto de 1994 até 1999, mostrando sinais de recuo somente nos anos 2000 e 2001, retomando um movimento ascendente em 2002 e 2003. Já o desemprego oculto declinou nos anos de 1994 e 1995, seguindo, a partir daí, relativamente o mesmo comportamento do aberto.

Particularmente nos anos de 1994 e 1995, que refletem o aquecimento da economia com o início do Plano Real, verificou-se uma evolução diferenciada das taxas de desemprego por tipo, com elevação para o desemprego aberto e recuo para o oculto. Entretanto, no período 1996-99, o movimento alterou-se, com crescimento mais acentuado do desemprego oculto, destacando-se ainda o fato de que, apesar de este apresentar taxas médias inferiores às registradas para o aberto, se tenha agregado ao contingente em desemprego oculto 41 mil pessoas só no ano de 1999, enquanto, no aberto, o acréscimo foi bem menor, de 24 mil pessoas. Com relação ao período 2000-01, o qual apresentou redução da taxa para os dois tipos de desemprego, constata-se que o desemprego aberto diminuiu 34 mil pessoas no contingente de desempregados, enquanto o oculto reduziu 23 mil. Já no último período, que foi de ascensão da taxa, foi o desemprego aberto o maior responsável pelo aumento do desemprego total, o qual agregou ao contingente de desempregados 30 mil pessoas, enquanto o oculto acrescentou apenas 7 mil.

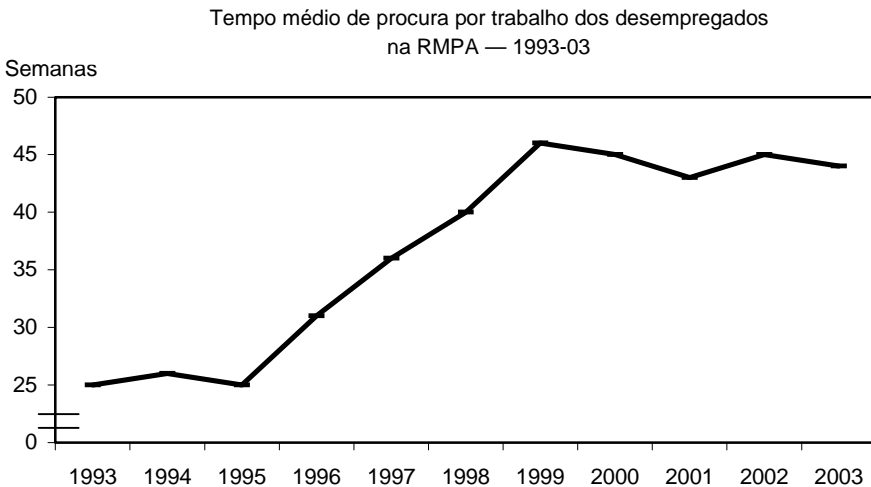
O caráter estrutural que o desemprego assumiu na economia nacional a partir dos anos 90 pode ser medido através do tempo médio despendido na procura de trabalho. Na RMPA, em 1993, um desempregado despendia, em média,

---

<sup>2</sup> O conceito de desemprego utilizado pela PED-RMPA compreende três tipos, a saber: (a) **desemprego aberto** (pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias); (b) **desemprego oculto pelo trabalho precário** (pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício); e (c) **desemprego oculto pelo desalento** (pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva por trabalho nos últimos 12 meses).

25 semanas na busca de uma ocupação; em 1999, quando esse indicador atingiu seu ponto máximo no período considerado, saltou para 46 semanas (Gráfico 2). Essa variável permaneceu relativamente estável nos anos iniciais do processo de estabilização econômica (1994-95), seguindo trajetória ascendente a partir de 1996. Em 2000 e 2001, acompanhando o mesmo movimento da taxa de desemprego, a duração do tempo médio despendido na procura de trabalho declinou para 43 semanas, para, posteriormente, situar-se em 44 semanas em 2003. No entanto, permanecia ainda em um patamar muito elevado.

Gráfico 2



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

## 1.1 - Segmentos populacionais mais atingidos com o aumento do desemprego

Além da mudança de patamar no desemprego, verificaram-se importantes alterações na sua composição, agravando a condição de parcelas populacionais significativas do mercado de trabalho; como, por exemplo a de mulheres, e, em especial, a daquelas que tradicionalmente eram consideradas mais protegidas

das adversidades do mercado de trabalho, como as de maior escolaridade, as pertencentes às faixas etárias maiores de 40 anos e as de chefes de domicílio.

O aumento das taxas de desemprego no período 1993-03, na RMPA, foi bem maior para a força de trabalho feminina (41,3%) do que para a masculina (29,9%). Essa evolução não apenas manteve como acentuou a característica de maiores taxas de desemprego para as mulheres, resultando em uma taxa de desemprego de 20,2% da PEA feminina face à de 13,9% verificada para a masculina em 2003. A elevação do desemprego para as mulheres, nesse período, foi influenciada diretamente pelo maior engajamento feminino na PEA, pois se verificou incremento de 213 mil mulheres no mercado de trabalho, 128 mil das quais somente nos anos de 1998 e 1999 (Tabela 1).

Tabela 1

Taxa de desemprego, taxa de participação e distribuição dos desempregados, por atributos pessoais, na RMPA — 1993 e 2003

ATRIBUTOS PESSOAIS	TAXA DE DESEMPREGO (%)			TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		
	1993	2003	Variação	1993	2003	Variação
<b>TOTAL</b> .....	12,2	16,7	36,9	57,0	57,9	1,6
<b>Sexo</b>						
Homens .....	10,7	13,9	29,9	70,7	67,8	-4,1
Mulheres .....	14,3	20,2	41,3	44,5	49,1	10,3
<b>Idade</b>						
De 10 a 17 anos .....	32,8	48,0	46,3	20,7	14,4	-30,4
De 18 a 24 anos .....	19,2	27,3	42,2	75,7	77,0	1,7
De 25 a 39 anos .....	9,7	14,1	45,4	77,9	81,6	4,7
De 40 anos e mais .....	6,1	9,9	62,3	50,8	52,5	3,3
<b>Posição no domicílio</b>						
Chefe .....	7,1	10,0	40,8	76,3	70,2	-8,0
Cônjuge .....	11,0	15,5	40,9	46,6	53,4	14,6
Filho .....	22,0	27,6	25,5	45,1	48,5	7,5
Outros .....	15,3	23,5	53,6	51,7	50,1	-3,1
<b>Escolaridade</b>						
Analfabeto .....	13,2	15,7	18,9	32,4	21,7	-33,0
Fundamental incompleto	14,6	18,5	26,7	49,1	43,4	-11,6
Fundamental completo ..	13,8	21,4	55,1	64,8	62,8	-3,1
Médio completo .....	8,6	15,3	77,9	75,0	76,5	2,0
Superior completo .....	3,1	5,9	90,3	83,3	79,3	-4,8

(continua)

Tabela 1

Taxa de desemprego, taxa de participação e distribuição dos desempregados, por atributos pessoais, na RMPA — 1993 e 2003

ATRIBUTOS PESSOAIS	DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)	
	1993	2003	1993	2003
<b>TOTAL</b> .....	100,0	100,0	174	296
<b>Sexo</b>				
Homens .....	51,9	45,6	90	135
Mulheres .....	48,1	54,4	84	161
<b>Idade</b>				
De 10 a 17 anos .....	19,4	11,6	34	34
De 18 a 24 anos .....	31,1	34,8	54	103
De 25 a 39 anos .....	34,5	31,4	60	93
De 40 anos e mais .....	15,0	22,2	26	66
<b>Posição no domicílio</b>				
Chefe .....	27,8	27,3	48	81
Cônjuge .....	19,0	20,7	33	61
Filho .....	44,5	42,9	78	127
Outros .....	8,7	9,1	15	27
<b>Escolaridade</b>				
Analfabeto .....	3,3	1,0	6	3
Fundamental incompleto	57,0	36,1	98	107
Fundamental completo ..	22,8	28,2	40	83
Médio completo .....	14,8	31,0	26	92
Superior completo .....	2,1	3,7	4	11

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Entre 1993 e 2003, foram agregadas ao contingente de desempregados 77 mil mulheres, estimando-se um contingente total de 161 mil desempregadas em 2003. A partir de 1998, as mulheres passaram a representar mais de 50% da população desempregada, alcançando um percentual de 54,4% em 2003. Já para os homens, o aumento do desemprego refletiu principalmente a perda de emprego, pois houve queda da taxa de participação masculina. Esta, entretanto, não foi suficiente para atenuar o desemprego desse segmento. Face ao incremento de 45 mil indivíduos de sexo masculino ao contingente desempregado nesse período, estima-se um total de 135 mil desempregados em 2003.



O desemprego é consideravelmente maior entre os jovens, não obstante evidencie uma tendência mais acentuada de elevação junto às faixas etárias mais avançadas. Em 2003, a taxa de desemprego para os indivíduos entre 10 e 17 anos era de 48,0%, e para aqueles entre 18 e 24 anos, de 27,3%. Já os segmentos com mais idade, mais estáveis no mercado de trabalho, apresentaram taxas inferiores: 14,1% para os de 25 a 39 anos e 9,9% para os de 40 anos e mais. Quanto à evolução do desemprego entre 1993 e 2003, verificou-se elevação mais expressiva na taxa de desemprego para as pessoas de 40 anos e mais (62,3%), o que propiciou o aumento da proporção desse segmento na população desempregada, passando de 15,0% para 22,2%, agregando 40 mil pessoas no período. Assim, em 2003, foram estimados 66 mil desempregados com 40 anos e mais.

Segundo a escolaridade, em 2003, a taxa de desemprego era mais elevada para o segmento que possuía o ensino fundamental completo (21,4%). Não obstante, os segmentos mais escolarizados apresentaram incrementos maiores nas taxas de desemprego, ressaltando-se o segmento com ensino médio completo, que passou de 8,6% em 1993 para 15,3% em 2003 e aquele com ensino superior completo, que passou de 3,1% para 5,9% nesses mesmos anos. Destaca-se, portanto, no período em análise, elevação da participação dos mais escolarizados entre os desempregados.

Os indivíduos que ocupam a posição de chefes nos domicílios em que residem apresentavam a menor taxa de desemprego com relação às outras posições no domicílio, não obstante o aumento da taxa ter sido elevado (40,8% no período 1993-03), igualando-se, praticamente, com a posição de cônjuge. Os chefes de domicílio representavam, em 2003, mais de um quarto da população desempregada, perdendo apenas para a posição de filho. Nesse ano, encontravam-se na situação de desemprego 81 mil chefes de domicílio, com um incremento de 33 mil indivíduos em relação a 1993. No que diz respeito à posição cônjuge, representada principalmente por mulheres, verifica-se, em 2003, que sua participação relativa no desemprego era de 20,7%, com um incremento de 28 mil pessoas, estimando-se um contingente de 61 mil cônjuges desempregados.

## **2 - Ocupação: nível total, desempenho setorial e relações de trabalho**

O nível e a composição da ocupação no período posterior à implementação do Plano Real foram ditados tanto pelo reduzido ritmo de crescimento da atividade econômica quanto pelas profundas modificações observadas na estrutura

econômica do País, cabendo destacar a reestruturação industrial e o aumento da participação relativa do setor serviços. No caso da indústria, além do avanço da automação de base microeletrônica, da informática e das comunicações, é importante destacar as mudanças administrativas e organizacionais, com ênfase na terceirização, que proporcionaram retração da ocupação, além do deslocamento do emprego entre setores. A composição do produto industrial alterou-se, com redução no peso dos bens de capital e aumento nos bens de consumo duráveis. No caso de serviços, ocorreu expansão da ocupação em segmentos específicos, tais como os de comunicações, saúde, educação, segurança, serviços de apoio à produção, etc. Ademais, com a maior abertura comercial, associada à valorização cambial observada em boa parte do período, o crescimento econômico tendeu a concentrar-se em setores de produtos não comerciáveis no mercado internacional.

Examinando-se as informações da PED-RMPA referentes ao período 1993-03, verifica-se que a PEA teve um acréscimo de 343 mil pessoas, enquanto o número de ocupados se ampliou em apenas 221 mil pessoas na Região. Assim, mais de um terço do aumento da PEA não foi absorvido pelo mercado de trabalho, o que evidencia o crescimento absolutamente insuficiente da ocupação no período. No entanto, esse período não se apresenta homogêneo, pois o crescimento da ocupação concentra-se entre os anos de 1998 a 2001, período no qual foram criadas 209 mil ocupações.

Observando-se o comportamento da ocupação na RMPA, no período 1993-03, tem-se um crescimento de 17,6%, fruto de movimentos diferenciados entre os principais setores de atividade econômica (Tabela 2). Em primeiro lugar, cabe destacar que a indústria de transformação foi o único setor a apresentar queda no número de ocupados, no período, tendo reduzido em 37 mil o seu nível ocupacional. Em termos de crescimento, destaca-se o comportamento dos serviços, com a absorção de 183 mil ocupados, e dos serviços domésticos — que mostrou maior crescimento relativo, 38,2% —, com um incremento de 29 mil pessoas no seu número de ocupados. O comércio apresentou crescimento de 39 mil ocupados, e a construção civil, de apenas 7 mil.

Em virtude dos diferentes movimentos entre os diversos setores, a composição setorial do emprego evidenciou alterações. A indústria de transformação, que respondia por 24,2% da ocupação em 1993, mostrou expressiva retração, passando para 18,1% em 2003. O setor serviços teve sua participação no total de ocupados da RMPA ampliada de 46,9% para 52,3% no mesmo período, enquanto os serviços domésticos mostraram elevação de 6,1% para 7,1%. O comércio e a construção civil mantiveram as participações na ocupação praticamente inalteradas, sendo, respectivamente, de 16,5% e 5,5% em 2003.

Tabela 2

Estimativas da População Economicamente Ativa e do número de ocupados,  
por setor de atividade econômica, na RMPA — 1993-03

(1 000 pessoas)

PERÍODOS E VARIACÃO	PEA	OCUPADOS	
		Total	Indústria de Transformação
1993	1 428	1 254	304
1994	1 410	1 251	295
1995	1 447	1 292	283
1996	1 457	1 266	268
1997	1 469	1 272	252
1998	1 576	1 325	250
1999	1 665	1 349	256
2000	1 722	1 436	284
2001	1 740	1 481	294
2002	1 736	1 470	277
2003	1 771	1 475	267
Δ% 1993-03	24,0	17,6	-12,2

PERÍODOS E VARIACÃO	OCUPADOS			
	Comércio	Serviços	Construção Civil	Serviços Domésticos
1993	204	588	74	76
1994	199	593	74	84
1995	220	607	83	92
1996	211	613	76	92
1997	215	627	80	92
1998	223	662	82	101
1999	228	678	78	103
2000	230	730	77	108
2001	240	755	79	107
2002	236	768	78	106
2003	243	771	81	105
Δ% 1993-03	19,1	31,1	9,5	38,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O somatório das estimativas dos setores é inferior ao total de ocupados, porque existe um pequeno número de ocorrências classificadas em outros setores.

Conforme já explicitado, os diferentes comportamentos da ocupação segundo os setores de atividade econômica refletem não apenas o nível de atividade no período, mas também as profundas mudanças observadas na economia brasileira, com alterações na estrutura da ocupação, inclusive nas diversas formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, aprofundando-se o caráter precário dessa inserção. Nesse processo, perdeu espaço o emprego assalariado com carteira de trabalho assinada e ampliou-se a participação de formas mais vulneráveis de relações de trabalho.

Percebe-se que as posições na ocupação que mais cresceram no período 1993-03 foram as mais precarizadas: assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada (51,1%), empregados domésticos (38,2%) e autônomos (32,4%) — Tabela 3. O emprego assalariado no setor privado com carteira de trabalho assinada cresceu apenas 10,5%, enquanto o número de ocupados no setor público caiu 3,7%.

O lento crescimento do emprego assalariado, evidenciado na Tabela 3, associado às alterações estruturais da economia brasileira, mostra que, dentre as 221 mil ocupações criadas entre 1993 e 2003, apenas 44,3% eram assalariadas. Em 1993, a participação do grupo de trabalhadores assalariados do setor público e do setor privado com carteira assinada no total de ocupados era de 60,9%, tendo caído a 55,4% em 2003. A expansão observada no número de autônomos e de empregados domésticos elevou a participação desses dois grupos na ocupação total de 16,5% e 6,1% para 18,6% e 7,1% respectivamente, nessa mesma base comparativa.

Os dados apresentados apontam claramente uma precarização das relações de trabalho, gestadas em um processo de reestruturação com pouco investimento e baixo crescimento do produto, no qual se ampliaram o assalariamento sem carteira, o trabalho por conta própria e o emprego doméstico.

Além da expansão do trabalho por conta própria e doméstico e do emprego assalariado sem carteira, devem-se ressaltar as mudanças ocorridas no âmbito das empresas. A Tabela 4 apresenta a distribuição dos postos gerados por empresas na Região Metropolitana de Porto Alegre, classificando as formas de contratação em **padrão** e **flexibilizada**. Os resultados mostram que ocorreu uma mudança muito expressiva ao longo do período considerado, ampliando-se sobremaneira a contratação flexibilizada pelas empresas. Em 1993, 82,2% dos postos gerados no ano tiveram contratação padrão, e 17,8%, contratação flexibilizada, participações que passaram para 70,4% e 29,6% em 2003. No grupo da contratação padrão, chama atenção a redução acentuada daqueles com carteira assinada e o crescimento dos estatutários. No grupo dos trabalhadores com contratação flexibilizada, destacam-se os acréscimos na força de trabalho terceirizada e nos vínculos assalariados sem carteira assinada.

Tabela 3

Estimativa do número de ocupados, por posição na ocupação,  
na RMPA — 1993-03

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE OCUPADOS (1 000 pessoas)					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>OCUPADOS</b> .....	1 254	1 251	1 292	1 266	1 272	1 325
<b>Assalariados</b> .....	852	853	871	831	828	841
Setor público (1) .....	190	189	178	182	169	167
Setor privado .....	662	664	693	649	659	674
Com carteira .....	574	568	586	560	573	576
Sem carteira .....	88	96	107	89	86	98
<b>Autônomos</b> .....	207	200	214	223	237	242
<b>Empregados domésticos</b>	76	84	92	92	92	101
<b>Outros (2)</b> .....	119	114	115	120	115	141

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE OCUPADOS (1 000 pessoas)					Δ% 1993-03
	1999	2000	2001	2002	2003	
<b>OCUPADOS</b> .....	1 349	1 436	1 481	1 470	1 475	17,6
<b>Assalariados</b> .....	852	898	955	963	950	11,5
Setor público (1) .....	162	169	175	180	183	-3,7
Setor privado .....	690	729	780	783	767	15,9
Com carteira .....	571	598	632	636	634	10,5
Sem carteira .....	119	131	148	147	133	51,1
<b>Autônomos</b> .....	255	266	267	257	274	32,4
<b>Empregados domésticos</b>	103	108	107	106	105	38,2
<b>Outros (2)</b> .....	139	164	152	144	146	22,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

(1) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (2) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Tabela 4

Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo formas de contratação, na RMPA — 1993 e 2003

(%)

FORMAS DE CONTRATAÇÃO	1993	2003
<b>TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO</b> .....	100	100
<b>Contratação padrão</b> .....	82,2	70,4
Assalariados contratados diretamente		
Com carteira - setor privado .....	62,6	55,0
Com carteira - setor público .....	9,6	3,0
Estatutários pelo setor público .....	10,0	12,4
<b>Contratação flexibilizada</b> .....	17,8	29,6
Assalariados contratados diretamente		
Sem carteira - setor privado .....	9,7	15,8
Sem carteira - setor público .....	1,4	3,5
<b>Assalariados contratados em serviços terceirizados</b> ..	1,6	5,1
<b>Autônomos que trabalham para uma empresa</b> .....	5,1	5,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O avanço da terceirização, que colaborou no sentido de diminuir o emprego industrial, transferiu empregos das grandes empresas para firmas menores mediante subcontratação. Como decorrência, examinando-se a distribuição dos ocupados segundo o tamanho do negócio ou da empresa que lhes paga, percebe-se que, em 1993, 31,7% dos ocupados trabalhavam em empresas que tinham até 49 empregados, proporção que aumentou para 36,8% em 2003 (Tabela 5). No mesmo período, o percentual de ocupados que trabalhavam em empresas com 500 e mais empregados se reduziu de 21,7% para 15,6%.

Tabela 5

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, pelo tamanho do negócio ou da empresa, na RMPA — 1993 e 2003

TAMANHO DO NEGÓCIO OU DA EMPRESA	1993	2003
Trabalha sozinho .....	14,8	15,7
Nenhum, trabalha com familiares e/ou sócios ..	7,3	8,1
De 1 a 5 empregados .....	13,8	15,3
De 6 a 9 empregados .....	5,3	6,1
De 10 a 49 empregados .....	12,6	15,4
De 50 a 99 empregados .....	5,1	5,1
De 100 a 499 empregados .....	12,0	9,9
500 e mais empregados .....	21,7	15,6
Não sabe .....	7,4	8,8
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

(%)

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Exclui os assalariados públicos e os empregados domésticos.

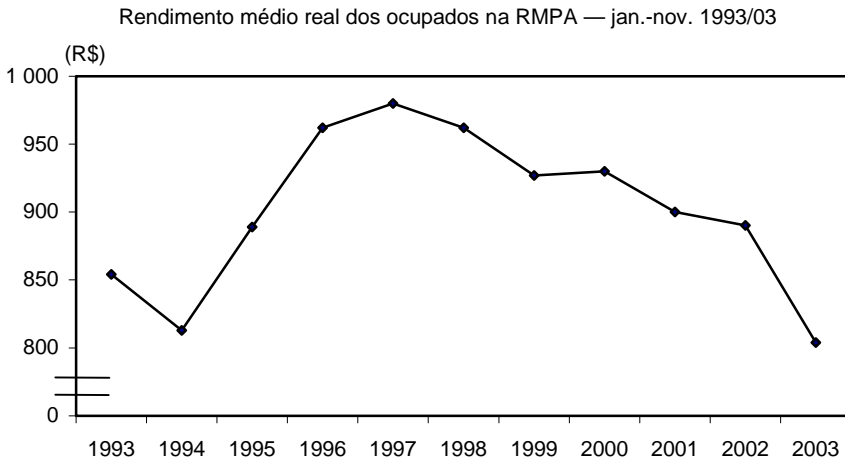
### 3 - A evolução dos rendimentos por posição na ocupação

Em 1994, ano da implementação do Plano Real, o rendimento médio real dos ocupados na RMPA registrou uma queda de 4,8% comparativamente ao ano anterior (Gráfico 3). Posteriormente, no período compreendido entre 1995 e 1997, esse indicador ingressou em uma trajetória nítida de crescimento, com aumentos anuais de 9,3%, 8,2% e 1,9% respectivamente. A partir de 1998, o comportamento dos rendimentos dos ocupados passou por uma inflexão, evidenciando quedas anuais sucessivas, com uma breve interrupção no ano 2000. Em 2003, o indicador em análise encontrava-se 5,9% abaixo do observado em 1993, correspondendo ao menor nível do rendimento médio real dos ocupados da série da PED-RMPA.

Sugere-se, como interpretação desses movimentos do rendimento médio real dos ocupados, que, na fase inicial do Plano Real, compreendida entre 1995 e 1997, a passagem do regime de alta inflação para outro de relativa estabilidade do nível geral de preços teve um efeito benéfico sobre os rendimentos dos

ocupados, na medida em que se reduziu, de forma acentuada, o imposto inflacionário. Todavia tal efeito esgotou-se em 1997, o que conduziu, a partir de então, em um ambiente que se caracterizava pela elevação do patamar de desemprego, a um processo de redução dos rendimentos.

Gráfico 3



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado IPC-IEPE; valores em reais de novembro de 2003.

Quanto à evolução dos rendimentos por **posição na ocupação**, na RMPA, constata-se que, à semelhança da totalidade dos ocupados, os trabalhadores assalariados também registraram queda do salário médio real no ano de 1994, tendo esta sido de 5,3%, e crescimento em 1995 e 1996, com aumentos de 5,0% e 9,3% respectivamente (Tabela 6). Todavia, já a partir de 1997, esse indicador começou a declinar, sendo que tal trajetória se acentuou de 1999 em diante. Ao final do período, o salário médio real mostrava uma variação negativa de 5,8% em relação a 1993 e também se situava no menor nível de toda a série da PED-RMPA.

No que diz respeito aos assalariados, cabe destacar que se identificam diferenças de comportamento entre o salário médio real dos trabalhadores do setor privado e os do setor público no período em análise. Assim, enquanto o



salário médio real dos trabalhadores do setor privado começou a declinar em 1999, no caso do funcionalismo público, o período de declínio interrompeu-se naquele ano e perdurou até 2001, sendo, todavia, retomado nos dois últimos anos da série. Com base nessa evolução, o salário médio real dos trabalhadores do setor público encontrava-se, em 2003, praticamente no mesmo nível de 1993, enquanto o dos trabalhadores do setor privado havia apresentado uma variação negativa de 5,8% nessa mesma base comparativa.

Tabela 6

Taxas de variação anuais do rendimento médio real dos ocupados, segundo posição na ocupação, na RMPA — jan.-nov. 1993/03

	(%)					
POSIÇÃO	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
<b>OCUPADOS</b> .....	-4,8	9,3	8,2	1,9	-1,8	-3,6
<b>Assalariados (1)</b> .....	-5,3	5,0	9,3	-0,6	0,1	-1,6
Setor público (2) .....	-6,1	2,0	10,5	-1,9	-0,4	4,1
Setor privado .....	-5,0	8,4	7,1	1,4	1,2	-3,2
Com carteira .....	-5,5	6,1	8,3	1,3	2,3	-3,0
Sem carteira .....	3,8	32,4	-4,8	-2,4	-3,6	4,9
<b>Autônomos</b> .....	2,4	23,3	-0,2	4,7	-10,1	-4,3
<b>Empregados domésticos</b>	-4,1	31,8	6,8	0,0	-1,1	-2,3
<b>Empregadores</b> .....	0,8	23,6	0,6	4,4	-5,7	-4,5

POSIÇÃO	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	1993/03
<b>OCUPADOS</b> .....	0,3	-3,2	-1,1	-9,7	-5,9
<b>Assalariados (1)</b> .....	-1,0	-1,2	-1,8	-7,9	-5,8
Setor público (2) .....	1,6	0,3	-2,0	-6,7	0,3
Setor privado .....	-2,1	-0,9	-2,3	-9,3	-5,8
Com carteira .....	-1,5	-0,8	-1,8	-9,4	-5,1
Sem carteira .....	-7,5	4,3	-7,3	-10,4	3,3
<b>Autônomos</b> .....	-1,5	-6,1	0,3	-14,3	-9,8
<b>Empregados domésticos</b>	-0,9	-0,9	1,2	-8,7	18,4
<b>Empregadores</b> .....	0,3	-8,3	-6,5	-8,9	-7,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Inflator utilizado IPC-IEPE.

(1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

Ainda no que se refere à força de trabalho assalariada, evidenciam-se também diferenças de comportamento do salário médio real, conforme a existência (ou não) de regulamentação do contrato de trabalho. Nesse sentido, no ano de 1994, enquanto o salário médio real dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada acompanhou a tendência geral dos rendimentos, apresentando declínio de 5,5%, de forma distinta, esse indicador para os trabalhadores sem carteira registrou crescimento de 3,8%. No ano seguinte, o crescimento do salário médio real dos trabalhadores sem carteira (32,4%) foi muito superior ao dos com carteira (6,1%). Já a partir de 1996, o salário médio real dos sem carteira começou a declinar, ainda que esse processo tenha apresentado duas interrupções, nos anos de 1999 e 2001. Por sua vez, quanto aos trabalhadores com carteira, o processo de declínio do salário médio real só começou a se observar em 1999. Ao final do período, o indicador em análise encontrava-se, para os trabalhadores com carteira, 5,1% abaixo do de 1993, e o dos sem carteira situava-se 3,3% acima daquele do início da série.

Os rendimentos dos trabalhadores autônomos também apresentaram uma trajetória que evidencia particularidade. Assim, diferentemente do comportamento dos rendimentos em geral, já em 1994 o rendimento médio real dos autônomos iniciou um movimento de crescimento, que perdurou até o ano de 1997 — com uma breve interrupção em 1996, no qual ele registrou estabilidade. Nesse período, cabe destacar o crescimento do rendimento médio real dos trabalhadores autônomos em 1995, que foi de 23,3%. Não obstante, a partir de 1998 o rendimento médio real dos autônomos acompanhou a tendência de declínio registrada por esse indicador para os ocupados como um todo na RMPA. Com isso, ele se encontrava, em 2003, 9,8% abaixo daquele de 1993, estando também no seu nível mais baixo de toda a série da PED-RMPA.

Quanto ao comportamento particular do rendimento médio real dos trabalhadores autônomos, no sentido de que já no primeiro ano do plano de estabilização se iniciou uma trajetória de crescimento, sugere-se que esta tenha se devido à abrupta redução da inflação combinada com o aquecimento da demanda pelos serviços prestados por esse contingente ocupacional, o que teria tido um efeito positivo imediato sobre o seu nível de renda. Todavia, como foi visto anteriormente, esse contexto favorável para os rendimentos dos autônomos esgotou-se em 1998, com o que eles ingressaram em uma trajetória de declínio acentuado.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A tendência de aumento do contingente de trabalhadores autônomos pode ter contribuído para pressionar para baixo os seus rendimentos médios, devido à maior concorrência na oferta de serviços, nesse segmento do mercado de trabalho.

Os empregados domésticos registraram declínio de 4,1% do rendimento médio real em 1994, seguindo a tendência geral dos rendimentos no mercado de trabalho da RMPA naquele ano. Em 1995 e 1996, os rendimentos dos empregados domésticos apresentaram crescimento expressivo, destacando-se o ano de 1995, com um aumento de 31,8%. Seguiu-se uma fase de queda desse indicador até 2001, uma breve recuperação em 2002 e um novo recuo em 2003. Neste último ano, o rendimento médio real dos empregados domésticos encontrava-se 18,4% acima de seu nível no ano de 1993, sendo esta a categoria ocupacional que obteve ganhos mais nítidos no período em foco.<sup>4</sup>

Finalmente, entre os empregadores, o rendimento médio real registrou crescimento no período que se estende de 1994 a 1997, em particular no ano de 1995, com um aumento de 23,6%. Posteriormente, o indicador em análise ingressou em uma trajetória descendente, com uma breve interrupção em 2000, mas logo retomada com intensidade. Tendo como referência essa evolução, o rendimento médio real dos empregadores encontrava-se, ao final do período, 7,6% abaixo daquele de 1993, o que correspondia ao seu menor nível de toda a série da Pesquisa.

## 4 - Considerações finais

As principais tendências do mercado de trabalho na RMPA, no período enfocado por este trabalho, foram de elevação do patamar do desemprego, aumento da participação dos serviços na ocupação, ampliação da informalidade nas relações de trabalho e queda dos rendimentos.

O desemprego, após um breve recuo em 1994 e 1995, evidenciou elevação expressiva até 1999, ano em que atingiu seu ponto máximo. Ao final do período, ele se encontrava em nível bastante superior ao observado no início da série da PED-RMPA. Caberia ainda recuperar o fato de ter havido aumento do tempo de procura por trabalho na RMPA, o que conferiu, cada vez mais, um caráter nitidamente estrutural ao desemprego.

O processo de reestruturação produtiva implicou mudanças na composição setorial da ocupação na RMPA, destacando-se a perda de participação da indústria

---

<sup>4</sup> Embora instituído em um período de declínio dos rendimentos, o fato de os empregados domésticos passarem a contar com um piso salarial regional no Rio Grande do Sul superior ao salário mínimo nacional pode ter sustentado os ganhos dos rendimentos dessa categoria de trabalhadores.

de transformação e o aumento dos serviços. Ao final do período, o primeiro desses setores havia passado a representar, aproximadamente, 18% da ocupação total da RMPA, e o último, 52%. Ainda no que diz respeito à ocupação, cabe recuperar o fato de ter avançado a participação das formas de trabalho precárias no mercado de trabalho da Região, representadas pelo trabalho assalariado sem carteira assinada, pelo trabalho autônomo e pelo emprego doméstico.

Quanto aos rendimentos dos ocupados, após uma fase inicial de melhoria no mercado de trabalho metropolitano, eles ingressaram em uma trajetória de perdas continuadas, situando-se, ao final do período, no nível mais baixo de toda a série da PED-RMPA. Caberia referir, por último, que uma única categoria ocupacional registrava, em 2003, rendimento médio real bastante superior àquele do ano de 1993, que foi a dos empregados domésticos.

## Referências

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas: UNICAMP, 2003.

COUTINHO, L. et al. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: PHOSTUMA, A. (Org.) **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Editora 34, 1999.

DEDECCA, C., BALTAR, P. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo: USP, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 1999.

GALEAZZI, I. et al. Desemprego e precarização do trabalho: a experiência na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.) **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

MARQUES, E. et al. Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, v. 4, p. 9-28, 2004.

POCHMANN, M. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.

RAMOS, L., BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1011).

TONI, M. Trabalho e precarização: um estudo do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.) **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

WILTGEN, R.; GARCIA, L. (Coord.) **Transformações do mercado de trabalho metropolitano: os dez anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

XAVIER SOBRINHO, G. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.) **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.